



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Direitos Humanos.

A MONITORIA NA CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO SERVIÇO SOCIAL

Verônica Maria do Nascimento Moura¹
Juary Chagas²

Resumo: O presente artigo é fruto do relato de experiência do programa de monitoria do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Pretende-se refletir sobre a importância da aproximação do discente nas atividades da docência. Visa apresentar a relevância da monitoria na formação acadêmica através da experiência na disciplina Oficina de Instrumental Técnico em Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Monitoria. Formação profissional.

Abstract: This article is the result of an experience report of the Social Work course of the Federal University of Pernambuco. It is intended to reflect on the importance of the student's approach in teaching activities. It aims to present the importance of monitoring in academic training through experience in the discipline of Technical Instrumental Workshop in Social Work.

keywords: Social Work. Monitoring. Professional qualification.

INTRODUÇÃO

A monitoria é uma modalidade de ensino-aprendizagem que permite ao discente, devidamente matriculado a uma instituição de educação, qualificar sua formação acadêmica através de uma aproximação das atividades da docência. Possibilita a experiência da vida acadêmica mediante participação de diversas atividades sob supervisão de um docente que assume o papel de orientador.

Dessa forma, a Lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 garante o exercício da monitoria no artigo nº 84 que “*Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos*” (BRASIL, 1996), criando condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos e habilidades na disciplina da monitoria.

O presente relato é resultado de uma experiência de primeira monitoria de uma disciplina eletiva ofertada no curso de Serviço Social na Universidade Federal de

¹ Estudante de graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: juary.luis@uol.com.br.

² Professor com Formação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: juary.luis@uol.com.br.

Pernambuco, que tem como objetivo descrito no plano de aula: possibilitar a compreensão e o reconhecimento das competências e instrumentos que subsidiam a operacionalização do processo de trabalho do assistente social, à luz das dimensões teórico-metodológica e ético-política historicamente construídas pelo Serviço Social brasileiro, contribuindo no desenvolvimento da autonomia e qualificando a capacidade do discente ao desenvolver suas atividades no âmbito da aproximação da docência.

O trabalho será constituído no primeiro momento de uma rápida contextualização socio-histórico sobre o processo da formação teórico-metodológico e ético-político da profissão, e desafios que a educação universitária vem sendo acometida através dos desmontes das políticas sociais em detrimento a mercantilização do ensino público. Em seguida, aborda o desenvolvimento do relato da primeira monitoria através da disciplina de Oficina Instrumental Técnico em Serviço Social, ou seja, sobre a experiência, desafios, dificuldades e contribuição didáticas que foram compartilhadas entre discentes, monitora e docente. E por último, traz a conclusão sobre a contribuição da monitoria na construção e apropriação de conhecimentos.

SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A formação profissional compreendida como processo educacional contínuo – e não simplesmente como uma mera qualificação/titulação adquirida – exige uma contextualização da realidade social, articulando aspectos históricos, imediatos e suas determinações sobre o sistema educacional, refletindo a dinâmica da sociedade e também da história da profissão.

As particularidades do sistema universitário brasileiro e as especificidades que se expressam no âmbito do ensino superior refletem no processo de formação profissional e, por isso, incidem sobre o ensino do Serviço Social as determinações institucionais e também a pluralidade das teorias e métodos de investigação e intervenção na realidade social que disputam entre si no meio acadêmico.

Não se pode, portanto, pensar a formação profissional do assistente social como mero aprendizado de conteúdos transmitidos, uma vez que sobre ela incidem as determinações estruturais da sociedade (e conjunturais, no momento atual de sistemáticos ataques à educação) que restringem o aprendizado à instrumentalização tecnicista; mas, a uma verdadeira capacitação teórico-metodológica, alicerçada na apreensão de uma criticidade que permita ao profissional compreender a realidade social.

O exercício profissional do Serviço Social vinculado ao atual projeto ético político exige que sua atuação disponha de competências para fazer uma leitura crítica da realidade, apreender a dinâmica da sociedade em seu contexto socio-histórico e articular com uma prática profissional ética e politicamente referenciada, tendo como horizonte a defesa de valores emancipatórios, como verdadeiros intelectuais orgânicos³. Dessa forma, para compreender a dinâmica pedagógica que essa direção social requer do Serviço Social, é preciso resgatar os fundamentos históricos a respeito do processo de construção da formação teórico-metodológica e ético-política da profissão.

O sistema educacional ao qual o Serviço Social faz parte “[...] *deve ser estudado dentro do processo histórico da realidade brasileira, considerando-se a correlação de forças entre as classes da sociedade civil e o Estado*” (PINTO, 1986, p. 55). Em 1963 com a crise financeira que o Brasil enfrentava no Governo João Goulart, uma reforma de base era exigida pelos estudantes, pontua Pinto (1986).

Desse modo, houve movimentos formados por diferentes organizações populares, com objetivo de exigir do estado medidas de combate ao analfabetismo no Brasil. Paulo Freire apresentou um método pedagógico que acelerava o processo de alfabetização de adultos, e isso chamava a atenção dos educadores e políticos da época. “*O pensamento do educador pernambucano exerceu profunda influência nos profissionais da educação em geral, e principalmente nos que trabalhavam com os movimentos de cultura popular*” (PINTO, 1986, p. 66). Porém, uma política de educação só foi estabelecida a partir de 1964. No entanto, essa política era voltada para os interesses do capital.

[...] o Estado assumiu seu papel de condutor dos rumos do sistema educacional, vinculando ao intrinsecamente alinhado à política econômica, conferindo à educação o papel de reprodutora contraditória da estrutura de classes, da estrutura de poder, bem como reprodutora de força de trabalho. (PINTO, 1986, p. 77).

Nesse contexto, Abreu e Cardoso (2009) pontuam que nesse período também ocorreu a disseminação de políticas sociais pautadas em ação psicologizante e individualizada, com “[...] *perfis pedagógicos da prática profissional vinculados a estratégias educativas subalternizantes e respondem fundamentalmente à necessidade de ideologização a assistência aos pobres [...]*” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 06). Dessa forma, segundo os autores as práticas educativas do Serviço Social integravam

³ “*Tornar-se intelectual orgânico das classes subalternas não implica apenas a realização de mudanças de cunho teórico, mas implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos*” (SIMIONATTO, 2004, p. 203).

ao projeto desenvolvimentista da modernização conservadora imposta pelo processo de acumulação do sistema capitalista, que tinha o objetivo harmonizar a classe trabalhadora para manter *status quo*.

No período pós-golpe civil-militar em 1964, a participação popular ganhou protagonismo ao questionar o regime ditatorial através de movimentos de resistências em busca de conquista de direitos democráticos. Foi a partir desse momento que o Serviço Social começa a se posicionar em defesa dos interesses da classe trabalhadora, resultando no que Netto (2015) irá chamar mais a frente em “*O processo de intenção de ruptura*”⁴, pois segundo o autor, as novas expressões adquiridas pelo Serviço Social começavam a colidir com a ordem autocrática no plano teórico cultural, no plano profissional e no plano político.

Na década de 1970, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS contribuiu decisivamente na ampliação do ensino do Serviço Social em uma perspectiva crítica a respeito da sociedade brasileira, rompendo com uma tradição que, antes da década de 1960, preocupava-se com a formação profissional do assistente social na perspectiva cristã, como ressalta Pinto (1986). “*Esse posicionamento trouxe para o âmbito das unidades de ensino um questionamento acerca da formação profissional do assistente social frente ao desafio imposto pela realidade social em que se efetiva sua atuação*” (PINTO, 1986, p. 95), que conseqüentemente gerou questionamentos em relação à estrutura curricular, resultando na aprovação da proposta de reforma do currículo em 1979 e enviada ao Conselho Federal de Educação em 1980, para os trâmites legais.

A partir de 1980, segundo Netto (2015) há uma nova construção de uma análise crítica das principais propostas da renovação profissional que influencia a projeção de rompimento em detrimento ao tradicionalismo. O autor ressalta que nesse período o Serviço Social passou a estudar as fontes originais de Marx, avançando na superação das interpretações enviesadas do marxismo. Nesse período, criou-se uma maturidade crítica que influenciou na construção do projeto ético-político profissional na década de 1990 quando emerge a luta de classes nos anos 1980, que segundo Abreu e Cardoso (2009) influenciaram na

[...] inserção crítica de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais da prática profissional e apontam a perspectiva de inserção

⁴ Na perspectiva de Netto, “*o fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possui sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória*” (NETTO, 2015, p. 316).

profissional em espaços que se criam/recriam no contexto das lutas sociais das classes subalternas, com a abertura de possibilidades de inserção e legitimação da atuação profissional em instituições de formação e organização política dos trabalhadores, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais e organizações não governamentais. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 08).

Desse modo, a partir desse contexto, em 1990, o Serviço Social obteve grandes conquistas no âmbito da profissão, visto que, foi nessa década que foi aprovado o atual Código de ética profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, materializando legal e institucionalmente posicionamentos profissionais vinculados a uma concepção de defesa de direitos e luta contra toda forma de exploração e opressão.

Em contrapartida, com o desembarque do neoliberalismo nos anos 1990 no Brasil, a dinâmica agressiva de supressão de direitos em detrimento da *“abertura dos mercados nacionais ao capital especulativo; geração de superávit primário para garantia de pagamento dos juros da dívida, privatizações do patrimônio público e de atividades de reconhecida atribuição do Estado, como as políticas sociais públicas”* (KOIKE, 2009, p. 03) transformou a educação superior em um dos alvos de interesses para acumulação de capital, condicionando a reprodução conservadora de aprendizagem, distanciando-se da condição crítica e reflexiva da consciência de classe:

Nesse quadro de ofensividade, o ataque “em ato” ocorre com a mercantilização da educação superior, empresariamento da universidade pública, proliferação de recursos presenciais privados, graduação virtual, massificação como democratização de do acesso, entre outras práticas. [...] Processos que ferem a formação nas diversas áreas e níveis e comprometem o desenvolvimento científico e cultural das novas gerações, aumento as tendências de aprofundamento da subalternização econômica e política do país. (KOIKE, 2009, p. 18).

Nesse sentido, grandes são os desafios para manter e preservar o acúmulo cultural, intelectual e socialmente direcionado do Serviço Social. A formação em Serviço Social ao longo dos anos segue fortemente suscetível de ataques neoliberais em função de sua direção social ainda hegemônica, que questiona o sistema capitalista e sua dinâmica de precarização das políticas públicas, democráticas e universalistas.

É preciso, portanto, fortalecer a luta na defesa do projeto de formação profissional que foi construído coletivamente com muita luta e resistência. E é nessa perspectiva que a monitoria se insere como elemento importante de aprimoramento na formação acadêmica no processo ensino/aprendizagem.

CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: RELATO DE UMA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA

A formação profissional das/os alunas/os de Serviço Social apenas se inicia no curso e vai se construindo no decorrer do exercício profissional, tornando-se mais sólida conforme o assistente social vai se efetivando como sujeito da categoria e da classe trabalhadora norteado pelo compromisso social e pelo significado socio-histórico da profissão propostos pelo atual projeto ético político.

Isto posto, uma vez que a formação profissional do assistente social é compreendida como *“um processo contínuo e inacabado de auto-qualificação, de educação permanente, de construção de saberes mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional”* (PINTO, 1997, p. 46), as múltiplas experiências de ensino-aprendizagem que se desenvolvem durante o curso de graduação consistem em alternativas de conhecimento da realidade concreta, em formas de domínio teórico-metodológico e desenvolvimento de capacidade crítica para apreender e se posicionar sobre as mais variadas questões presentes na sociedade e na profissão. Dentre essas experiências, para além das atividades obrigatórias (como o estágio supervisionado), a monitoria vem se configurando como uma importante ação de ensino-aprendizagem que articula aprofundamento teórico-metodológico e aproximação com tarefas e responsabilidades da docência.

O relato de experiência em questão baseia-se na ação de monitoria desenvolvida no primeiro semestre de 2019, em uma turma do 5º período, entre os meses de março a junho, na disciplina de Oficina Instrumental técnico em Serviço Social. Essa disciplina consiste componente curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco e visa compreender o significado socio-histórico do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, em uma perspectiva crítica e reflexiva, permitindo aos discentes compreender e manejar os instrumentos da profissão, contudo, sem partir de um pressuposto padronizado ou apriorístico, mas referenciado na concepção de instrumentalidade que possibilita uma intervenção do Serviço Social a partir de uma perspectiva de totalidade.

O regimento interno da Universidade Federal de Pernambuco (1981, p. 31) define em seu artigo 143 que *“A Universidade manterá a função de monitoria para a qual serão escolhidos alunos dos cursos de graduação que demonstrem capacidade para o desempenho no âmbito de determinadas disciplinas já cursadas [...]”*, possibilitando assim, aos discentes a oportunidade de aproximação com as atividades desenvolvidas pelo docente.

A monitoria foi desenvolvida sob supervisão de dois docentes⁵ vinculados ao departamento de Serviço Social. Tratou-se de uma monitoria voluntária e os critérios de seleção respeitaram as normas estabelecidas do edital de monitoria N° 21/2018 – PROACAD:

- a) Estar regularmente matriculado e cursando disciplinas em curso de graduação da UFPE;
- b) Ter cursado e obtido aprovação na disciplina ou equivalente a que se refira à monitoria. No caso de ter tido reprovação em qualquer disciplina, essa já deve ter sido recuperada antes da inscrição;
- c) Ter disponibilidade de 12 horas semanais para as atividades de monitoria. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018, p. 2).

É importante evidenciar que no primeiro dia de aula o docente responsável pela disciplina apresentou o plano de ensino, instrumento que possibilita visualizar o percurso a ser executado durante todo o semestre letivo, que tem como objetivo: Possibilitar a compreensão e o reconhecimento das competências e instrumentos que subsidiam a operacionalização do processo de trabalho do assistente social, à luz das dimensões teórico-metodológica e ético-política, historicamente construídas pelo Serviço Social brasileiro.

A disciplina buscou abordar sobre a prática do Serviço Social em seu processo de trabalho no cotidiano profissional através de temas como: à instrumentalidade do Serviço Social, o projeto ético-político profissional, sobre instituições enquanto espaço de concretização de trabalho do/a assistente social e o instrumental técnico-operativo do Serviço Social. O docente destacou através de exemplos práticos do cotidiano como o profissional pode utilizar o instrumento de acordo com a finalidade que se pretende alcançar articulando com as dimensões teórico-metodológicas e ético-política do Serviço Social.

Os conteúdos centrais desenvolvidos foram abordados à luz dos estudos dos autores: Guerra (2000; 1999; 2005), Bisneto (2011), Santos (2012), Trindade (2012), Sarmiento (2012), Sobral (2014), Lima et al. (2007), Lewgoy (2007), Mito (2001) Fávero (2009), CFESS (2005; 2006; 2009a; 2009b; 2010), correspondendo aos seguintes eixos: O trabalho do Serviço Social e instrumentalidade, que trás a reflexão sobre o exercício profissional no interior das relações sociais no confronto entre condições objetivas e subjetivas; a falsa dicotomia entre teoria e prática, um dos principais dilemas da formação e do exercício profissional; a questão da instrumentalidade e as dimensões

⁵ Devido ao afastamento temporário do docente responsável pela disciplina, a turma foi destinada a dar continuidade às atividades com outra docente do Departamento de Serviço Social no período de duas semanas.

prático-sociais do exercício profissional adensando uma reflexão a partir de um estudo sobre a inserção do Serviço Social nas instituições privadas, pontuando autonomia e possibilidades de prática encontradas nos diversos níveis contraditórios nas instituições; a compreensão sobre instrumental técnico-operativo do Serviço-Social abordando os principais instrumentais utilizados no cotidiano dos assistentes sociais, ressaltando que a utilização dos instrumentos devem ser executados de acordo com o objetivo que se pretende alcançar sempre respaldados pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e lei 8.662/93 que regulamenta a profissão.

Na metodologia de ensino, utilizou-se de: aula expositiva dialogada; construção de seminários através de análise crítica e reflexiva de textos e em seguida realizando a exposição do que foi apreendido; discussões em grupos para análise de estudos de casos com a utilização/elaboração dos instrumentos que melhor se articule com a demanda apresentada. A avaliação da disciplina ocorreu através de três modalidades: 1) uma prova discursiva; 2) uma avaliação através da realização de seminários em grupo e 3) trabalho em grupo. A turma era composta predominantemente por alunos do 5º período, um total de 34 discentes, apresentando bom rendimento na realização das atividades, discussões e debates. Dessa forma, possibilitou ao docente um bom retorno do que foi aprendido em sala de aula.

Na atuação da monitora foi possível realizar distintas atividades didáticas junto aos discentes, através de leituras e sistematização dos conteúdos aplicados em sala de aula contendo nas indicações bibliográficas do plano de ensino; apoio no acompanhamento e coordenação das atividades desenvolvidas durante as aulas; apoio na aplicação das avaliações; realização de uma aula expositiva, utilizando técnica de dinâmica de grupo (sobre supervisão do docente); organização dos grupos para a realização dos seminários; e elaboração do relatório final das atividades de monitoria. Em relação à dinâmica de aula, houve participação sistemática dos alunos nas discussões sobre os textos debatidos, bem como orientações para sanar algumas dúvidas que os alunos/as tiveram a respeito de alguma temática apresentada pelo docente. A via de comunicação foi estabelecida tanto em sala de aula como através de e-mails e redes sociais.

Dessa forma, a monitoria assumiu uma relevância significativa ao estimular a formação de habilidades e competências do discente, ainda na fase de graduação, para o exercício de funções pedagógicas e de aproximação à docência. Associado a isso, a monitoria oportuniza ao docente, a mobilização de apoio para a melhoria do processo ensino/aprendizagem, de aperfeiçoamento do planejamento do ensino e da interação com os alunos.

A experiência de auxiliar outros alunos em uma disciplina de graduação, permitiu apreender novos conhecimentos teóricos e práticos no âmbito de planejamento, execução e avaliação de atividades na percepção do plano docente. Além disso, o arcabouço teórico adquirido na monitoria serviu para fundamentar trabalhos na disciplina de Seminário Temático I colaborando na elaboração do relatório institucional e plano de intervenção do estágio obrigatório. Nesse sentido, foi possível compreender que a sala de aula é um ambiente de construção e fortalecimento de uma educação qualificada, pois é nesse ambiente que desafios são enfrentados e relações são construídas em conjunto com um objetivo em comum: adquirir conhecimentos e habilidades que antes não possuíamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação profissional é resultado de uma construção e reconstrução de habilidades adquiridas no ambiente acadêmico. E, do mesmo modo que a defesa de um novo projeto societário constituiu um marco na história do Serviço Social, renunciando o conservadorismo, esta construção de uma direção social foi responsável pela renovação de sua diretriz curricular, abrindo o caminho para a adoção de múltiplas experiências que pudessem fortalecer o papel crítico e socialmente referenciado de uma formação coerente com o projeto ético político da profissão.

Assim, o exercício da monitoria constituiu-se como um instrumento de qualificação da formação acadêmica na potencialização em práticas e experiências pedagógicas. Através de articulação entre teoria e prática, foi possível estabelecer uma interação com outros alunos na mediação de ensino/aprendizagem, oportunizando ao discente atitudes autônomas frente ao conhecimento.

Em suma, cabe salientar que esse trabalho possibilitou uma reflexão a respeito da importância da manutenção de uma formação qualificada apesar das inúmeras dificuldades apresentadas no sistema educacional brasileiro, revelando a importância da manutenção de programas de monitoria no âmbito acadêmico para a produção de conhecimentos com compromisso ético-político e capacidade de agir e refletir sobre a realidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. “Mobilização social e práticas educativas” In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 593-608.

BISNETO, José Araújo. *Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. “Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”. *Diário Oficial da União*. Brasília, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 9. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=289>. Acessado em 18 de junho de 2019.

CFESS (Org.). *O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social*. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. *Resolução CFESS n.º 493/2006 de 21 de agosto de 2006*: dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006. [online] Disponível na internet via WWW. URL: http://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4932006.pdf. Acessado em 22 de junho de 2019.

_____. *Resolução CFESS n.º 556/2009 de 15 de setembro de 2009*: procedimentos para efeito da lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do serviço social. Brasília: CFESS, 2009 a. [online] Disponível na internet via WWW. URL: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_556-2009.pdf. Acessado em 22 de junho de 2019.

_____. *Resolução CFESS n.º 557/2009 de 15 de setembro de 2009*: dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Brasília: CFESS, 2009b. [online] Disponível na internet via WWW. URL: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf. Acessado em 22 de junho de 2019.

_____. *Resolução CFESS n.º 569 de 25 de março de 2010*: dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. CFESS, 2010. [online] Disponível na internet via WWW. URL: http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf. Acessado em 22 de junho de 2019.

FÁVERO, E. “Instruções sociais de processos, sentenças e decisões” In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. “A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social” In: CFESS; ABEPSS. *O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Cadernos do

Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4. Brasília: CFESS/ABEPSS/UnB, 2000.

_____. “No que se sustenta a falácia de que ‘na prática a teoria é outra?’”. 2º *Seminário Nacional de Estado e políticas sociais no Brasil* (Conferência). Cascavel/PR: UniOeste, 2005.

KOIKE, M. M. “Formação profissional em serviço social: exigências atuais” In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 201- 222.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. “A entrevista nos processos de trabalho do assistente social”. *Revista Textos & Contextos*. v. 6, n. 2. Porto Alegre: jul./dez. 2007, p. 233-251.

LIMA, T. C. S. et al. “A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo”. *Revista Textos & Contextos*. v. 6, n. 1. Porto Alegre: jan. /jun. 2007, p. 93-104.

MIOTO, Regina C. Tamasso. “Perícia social: proposta de um percurso operativo”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 67, ano XXII, 2001, p. 145-158.

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PINTO, R. M. F. *Política educacional e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. “Estágio e supervisão: um desafio teórico-prático do serviço social”. *Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade*. São Paulo, 1997.

SANTOS, C. M. dos; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. “A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão” In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012, p. 15- 38.

SARMENTO, H. B. de M. “Instrumental técnico e o Serviço Social” In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012, p. 103-120.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3 ed. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SOBRAL, E. “Instrumentalidade e Serviço Social: conteúdos da dimensão técnico-operativa em ONGS, instituições públicas e privadas” In: ABEPSS. *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Natal: ABEPSS, 2014.

TRINDADE, R. L. P. “Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais” In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012, p. 69-101.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Regimento geral da Universidade Federal de Pernambuco*. Recife: UFPE, 1981. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <https://www.ufpe.br/documents/39134/0/Regimento+Geral+da+UFPE.pdf/3e7e34c8-552c-4e6f-90d9-084614c5c075>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. *Edital n.º 21/2018 - PROACAD*. Programa Institucional de Monitoria 2019.1. Recife: PROACAD/UFPE, 2018. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <https://www.ufpe.br/documents/38970/1859164/Edital+21-2018+Monitoria+2019.1.pdf/4b8ea686-f260-49c8-be6c-9f19c9c1ae95>. Acesso em: 22 jun. 2019.